



Câmara Municipal de Varginha

Indicação Nº 35/2022

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Varginha.

O Vereador que abaixo subscreve vem, na forma regimental, solicitar de Vossa Excelência que encaminhe a presente Indicação ao Senhor Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, **solicitando que seja estudado uma possível implantação de profissionais da enfermagem na rede pública e privada de ensino aqui em nossa cidade**, conforme minuta de lei que segue anexo.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem como objetivo propor a instalação de enfermarias nos estabelecimentos de ensino e a disponibilização de um profissional treinado e qualificado para detectar enfermidades e anomalias mesmo quando não são evidentes ao olho leigo. Exemplos: uma criança que se resfria com frequência pode ser portadora de alguma deficiência imune, ou uma criança que tem dificuldades de aprendizado pode ter deficiência visual ou auditiva. O mesmo se aplica às crianças que fazem uso de medicamentos diários para doenças crônicas como: respiratórias, câncer, obesidade e diabetes.

Não se pretende que o profissional de enfermagem substitua o médico e, de forma alguma, a enfermaria escolar está sendo elaborada para que o aluno não se dirija às instituições de saúde. Assim como o profissional de enfermagem é o mais apto a detectar quais são as condições dignas de encaminhamento à atenção médica, a enfermaria escolar servirá como porta de entrada, se for o caso, para o sistema de saúde.

Eis porque a previmos um projeto que a enfermaria escolar integrará sistema de referência, o aluno portador de condições ou enfermidade que inspire cuidados e atenção será encaminhado ao sistema de saúde.



Câmara Municipal de Varginha

Diagnosticado e tratado, não havendo necessidade de atenção hospitalar nem contínua, será encaminhado de volta à enfermaria escolar com recomendações para o segmento de seu caso. Os objetivos aqui pretendidos são oferecer aos munícipes em fase escolar acompanhamento e atenção básica, revisão periódica de peso e estatura, para as crianças em fase de crescimento.

São atividades simples, de custos virtualmente zero e, no entanto, de grande valor. Pequenos acidentes e indisposições passageiras por exemplo, são intercorrências que podem ser tratadas na enfermaria escolar sem necessidade de encaminhamento para o serviço de saúde.

A enfermaria escolar contribuirá também para um diagnóstico precoce e efetivo, maximizando a relação entre custo das ações de saúde e seu retorno para a sociedade.

Por todo o exposto, solicita-se especial atenção e empenho por parte da Administração Municipal para atendimento da presente Indicação.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Varginha,
em 16 de fevereiro de 2022.**

LUCAS GABRIEL RIBEIRO "Dr. Lucas"
Vereador

João Martins Ribeiro
Joãozinho Enfermeiro
Vereador - PSC

Eduardo Benedito Ottoni Filho
DUDU OTTONI
VEREADOR - PTB

Marco Antônio de Souza
Marquinho da Cooperativa
Vereador - REPUBLICANOS

Indicação Nº 35/2022

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA DA ENFERMARIA ESCOLAR E A PERMANÊNCIA DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM EM REDES DE ENSINO, INCLUINDO CRECHES, NO MUNICÍPIO DE VARGINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal,

A P R O V A:

Art. 1º – Os estabelecimentos de ensino públicos ou privados que atenda estudantes são obrigados a destinar espaço exclusivo para enfermaria e manter pelo menos um Profissional de Enfermagem (Enfermeiro ou Técnico de Enfermagem) durante o período que houver presença de alunos nas escolas.

§ 1º A enfermaria escolar prevista no caput deverá contar, minimamente, com:

- Maca;
- Equipamentos para exame físico e verificação de sinais vitais;
- Equipamentos e suprimentos para aplicação de primeiros socorros;
- Farmácia básica.

§ 2º A enfermaria escolar, destinada a atividades preventivas e assistenciais, manterá prontuário dos alunos e integrará sistema de referência com o sistema público de saúde.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução e/ou aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas, se necessário.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.